

A FAMÍLIA NOS PROCESSOS SUBJETIVOS DE PESSOAS LGBTQIA+

THE FAMILY IN THE SUBJECTIVITY PROCESSES
OF LGBTQIA+ PEOPLE

LA FAMILIA EN LOS PROCESOS SUBJETIVOS DE
LAS PERSONAS LGBTQIA+

 10.5935/2177-6644.20230016

Rodrigo Prata Mendes *

 <https://orcid.org/0000-0001-8825-2859>

Valéria Deusdará Mori **

 <https://orcid.org/0000-0002-5215-5472>

Resumo: O estudo em questão, embasado na Teoria da Subjetividade, teve por objetivo compreender os diferentes processos subjetivos de pessoas LGBTQIA+ atravessados pelo ambiente familiar. Por meio da Metodologia Construtivo-Interpretativa proposta por González Rey, foram realizadas quatro dinâmicas conversacionais online com uma participante que se entendia enquanto LGBT+ e que possuía acesso à internet. Ao longo da pesquisa, foi possível estabelecer uma relação entre a subjetividade social brasileira e a cisheteronormatividade, produzindo uma exclusão das vivências que estão fora dessa norma. Esses aspectos estão presentes dentro do contexto familiar e impactam a produção subjetiva das pessoas LGBTQIA+ de diversas formas.

Palavras-Chave: Família. Subjetividade. LGBTQIA+.

Abstract: This study, based on the Theory of Subjectivity, aimed to comprehend the different subjective processes of LGBTQIA+ people crossed by the family environment. Through the Constructive-Interpretive Methodology proposed by González Rey, we carried out four online conversational dynamics with a participant who understood herself as LGBT+ and who had access to the internet. Throughout the research, it was possible to establish a relationship between Brazilian social subjectivity and cisheteronormativity, producing an exclusion of experiences that are outside this norm. These aspects are present within the family context and impact the subjective production of LGBTQIA+ people in different ways.

Key-words: Family. Subjectivity. LGBTQIA+.

Resumen: Este estudio, basado en la Teoría de la Subjetividad, tuvo como objetivo comprender los diferentes procesos subjetivos de las personas LGBTQIA+ atravesados por el entorno familiar. A través de la Metodología Constructivo-Interpretativa propuesta por González Rey, se realizaron cuatro dinámicas conversacionales en línea con una participante que se entendía como LGBT+ y que tenía acceso a internet. A lo largo de la investigación, fue posible establecer una relación entre la subjetividad social brasileña y la cisheteronormatividad, produciendo una exclusión de experiencias que están fuera de esta norma. Estos aspectos están presentes en el contexto familiar e impactan en la producción subjetiva de las personas LGBTQIA+ de diferentes maneras.

Palabras-clave: Familia. Subjetividad. LGBTQIA+.

* Graduando em Psicologia no Centro Universitário de Brasília (CEUB). Foi Monitor do Setor Pedagógico do Instituto Fratelli.  <http://lattes.cnpq.br/9308348516643635> - E-mail: rodriprata.m@gmail.com.

** Doutora em Psicologia pela Universidad San Carlos de Guatemala (USC). Professora do Centro Universitário de Brasília (CEUB).  <http://lattes.cnpq.br/9888559616250680> - E-mail: morivaleria@gmail.com.

Introdução

O presente artigo foi baseado na Teoria da Subjetividade de González Rey (2011) a fim de discutir os diferentes processos subjetivos de pessoas LGBTQIA+ produzidos a partir de suas relações familiares. Para darmos início à discussão, faz-se importante frisar que, nesta teoria, consideramos a subjetividade enquanto constituída por dois sistemas indissociáveis: a subjetividade individual e a subjetividade social (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Ou seja, o individual e o social se constituem mutuamente e evidenciam as diferentes maneiras de configuração da subjetividade como processo. Em outras palavras, não se separa o que é vivido individualmente de como uma sociedade – em diferentes níveis – se expressa (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2020).

Congruente a isso, tem-se a concepção de sentidos subjetivos e processos subjetivos. Segundo González Rey (2011, 2012), os sentidos subjetivos são uma unidade processual-simbólica e emocional na qual surgem os diferentes processos que a compõem, gerando uma cadeia de símbolos e emoções que emergem em todas as experiências humanas e que mobilizam comportamentos. Os processos subjetivos, por sua vez, são esse conjunto de sentidos que culminam em uma configuração subjetiva, a qual é conceituada por González Rey (2011, p. 34) como “[...] uma verdadeira rede simbólico-emocional que integra múltiplos efeitos e desdobramentos do vivido que seriam incompreensíveis desde a análise de expressões subjetivas isoladas”.

Dessa maneira, ao buscarmos compreender os processos subjetivos e, por consequência, as configurações subjetivas de uma pessoa, devemos também procurar entender a subjetividade social e os sistemas nos quais ela se insere. Ao considerarmos o cenário sócio-histórico do Ocidente, é possível perceber que a heterossexualidade e os discursos que a constituem são bases desse contexto social, reprimindo os pensamentos e grupos de pessoas que não se encaixam nessas narrativas. Isto é, como Monique Wittig (1992) pontua em seus estudos sobre o ‘pensamento hétero’, a cisheteronormatividade se constitui como um sistema, normatizando as vivências dos indivíduos e caracterizando as diferentes esferas de nossa sociedade (econômicas, simbólicas, linguísticas e políticas).

Na perspectiva histórico-cultural, atualmente, também não há como se pensar na existência de pessoas sexo-gênero dissidentes fora de uma lógica cisheteronormativa (OLIVEIRA NETO et al., 2022). Ou seja, seus processos subjetivos não podem ser produzidos fora do ideal de heterossexualidade e cisgeneridade, pois esses indivíduos fazem parte desses discursos e, inclusive, se constituem por eles. Isso nos permite considerar a heterossexualidade como compulsória –

obrigatória –, na medida em que se configura como uma norma social, ditando o que se espera dos indivíduos em sociedade (RICH, 2012).

Nessa perspectiva, compreende-se a necessidade político-econômica do atual sistema capitalista em manter os preconceitos e a marginalização da população LGBTQIA+, na medida em que esse processo o sustenta e o fortalece (GUASCH ANDREU, 2011; VEIGA, 2018; WITTIG, 1992). Diante disso, é possível entender que a cisheteronormatividade busca a manutenção de privilégios sociais daqueles que estão no poder – homens cisgêneros, brancos e ricos – e, conseqüentemente, o controle e a exclusão das pessoas em vulnerabilidade social – pessoas do gênero feminino, pretas, indígenas, LGBTQIA+ e de classes sociais menos opulentas.

Assim, esses aspectos da subjetividade social cisheterocentrada também se fazem presentes no ambiente familiar dos brasileiros. A exemplo disso, como discutem Júlia Carvalho & Mônica Melo (2019), há uma educação doméstica que determina os papéis de gênero em crianças e adolescentes, organizando e diferenciando o que é masculino do que é feminino. Esse cenário se faz importante para pensarmos como os processos subjetivos da população LGBTQIA+ se constituem a partir do seu contexto familiar.

Sob o entendimento da Teoria da Subjetividade, a família se expressa como uma configuração subjetiva dominante, porém não determinante (PERES, 2019). Isto significa que as relações familiares irão mobilizar a emergência de diferentes processos subjetivos de forma significativa, mas não irá determinar a subjetividade do indivíduo. Assim, faz-se possível produzir novos sentidos subjetivos a respeito da sociedade e da família, mesmo fora do ambiente familiar.

Nesta pesquisa qualitativa, objetivou-se – por meio da Psicologia e da Teoria da Subjetividade – compreender os diferentes processos subjetivos de pessoas LGBTQIA+ atravessados pelo ambiente familiar no Brasil, além de identificar como se caracterizam as dissidências sexuais e de gênero na subjetividade social brasileira e compreender os efeitos da heterossexualidade compulsória na configuração subjetiva familiar.

O presente artigo, pautado na Metodologia Construtivo-Interpretativa e na Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey (2011), contou com a participação de uma mulher cisgênero, branca, bissexual e de classe média. A análise de informação se deu a partir dos três pressupostos básicos da Epistemologia Qualitativa, sendo eles: o caráter construtivo e interpretativo do conhecimento; a legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico, ou seja, o caso singular tem valor pelas informações e ideias que surgem a partir dele, contribuindo para a construção de conhecimento ao abrir novos caminhos de significação; e compreender o

processo de pesquisa como um processo dialógico, no qual há troca e reflexão entre pesquisador e participante, permitindo a esse último produzir genuinamente, de modo autêntico e espontâneo.

Congruente a isso, o pesquisador, pelo caráter dialógico e espontâneo dessa epistemologia, procurou estabelecer uma rede de conversas livres (não orientadas por um roteiro de perguntas previamente selecionadas) com a participante para melhor entender sua subjetividade e aprofundar em suas questões. Esse processo teve como duração quatro encontros online, realizados através da plataforma *Google Meet*. Ele consistiu em grande importância para o estudo realizado e para uma compreensão dos estigmas relacionados à população LGBTQIA+ e suas famílias, visto que não foi o fenômeno que foi investigado, mas sim como as pessoas o subjetivam de acordo com suas vivências.

Subjetividade social e LGBTfobia: o atravessamento do preconceito no indivíduo

Para Guasch Andreu (2011), a sexualidade está condicionada ao contexto sociocultural no qual se encontra e se adequa à realidade de cada contexto histórico concreto. Ou seja, ela busca reproduzir tanto os grupos humanos quanto a ordem social que os sustenta, tal como a ideia levantada pela Teoria da Subjetividade proposta por González Rey (2011, 2016), na qual subjetiva-se os aspectos individuais e sociais mutuamente.

Diante disso, consideramos que o desejo erótico é produzido e controlado culturalmente pela própria ideia de sexualidade – o que explica a heterossexualidade como sistema hegemônico de controle social e de desejo (GUASCH ANDREU, 2011). Como discutido anteriormente, a heterossexualidade e a cisgeneridade se configuram enquanto instituições ideológico-políticas, nos permitindo pensar no apagamento das vivências não normativas, como das pessoas LGBTQIA+.

Ainda assim, temos que, nas sociedades antigas (tais como a Antiga Mesopotâmia, o Egito Antigo e a Grécia Antiga), havia tolerância social no que diz respeito aos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo (FARO, 2015). Isso, porém, contrasta com outra forma de opressão: a misoginia e a relação de superioridade social do homem cidadão com relação aos demais grupos sociais da época, sendo normalizada, na Grécia Antiga – e, mais tardiamente, na Idade Média – a dominação sexual dessas minorias pelo masculino (FARO, 2015).

Posto isto, a figura do homem branco cisgênero e heterossexual é tida como norma à medida em que ocorre o avanço capitalista e a ascensão da burguesia, ganhando força e legitimidade com os discursos cristãos acerca da moralidade (FARO, 2015; HOMEM; CALLIGARIS, 2019). Esses aspectos mostram a misoginia e a violência contra a mulher e as demais minorias em nossa

sociedade, aspectos marcantes da nossa subjetividade social.

Isso explica, por exemplo, a repercussão de ideais misóginas na comunidade de homens cisgênero gays e bissexuais, em que o homem tido como ‘passivo’ na relação sexual e com ‘trejeitos’ afeminados seria inferior e submisso ao homem ‘ativo’ e que se aproximam mais da masculinidade hegemônica (BAÉRE; ZANELLO, 2020; BELARMINO; DIMENSTEIN, 2021). Outrossim, é possível identificar que há uma procura maior desses homens por um ideal masculino dentro de um padrão estético hegemônico pautado em corpos musculosos e caucasianos, bem como de classe social mais alta, ressaltando o racismo, o classicismo e a gordofobia.

Ao contemplarmos o contexto histórico na constituição do gênero e da sexualidade da sociedade patriarcal brasileira, consideramos a colonização como o principal mecanismo de instituição dessas relações de poder e de opressão (ZANELLO, 2018). Com isso, faz-se fulcral a concepção de que o modo sob o qual essas categorias são compreendidas depende de como se entende raça e classe e vice-versa (GOMES, 2018). Isso porque os próprios sentidos de homem e mulher servem como parte do sistema colonial que articula gênero, sexo e raça para categorizar as pessoas e seus corpos (GOMES, 2018; ZANELLO, 2018).

Além disso, segundo Lucas Veiga (2018), ao se falar sobre a subjetividade de homossexuais pretos no Brasil, tem-se que levar em conta o que o autor chama de sentimento diaspórico. Considerando o Brasil como um país anti-negro, marcado pela supremacia da branquitude em relação à negritude desde a época da escravidão. Há de se levar em conta o impacto do racismo na construção dos processos subjetivos de pessoas negras e, assim, o sentimento de não pertencimento à sociedade hegemônica branca é visto como um sentimento de diáspora do povo preto (VEIGA, 2018). O autor ainda afirma a existência de um sentimento de uma segunda diáspora na construção de sentidos subjetivos de negros homossexuais, pois estes não se sentiriam pertencentes à sociedade branca hegemônica nem à população preta cisheteronormativa:

A descoberta da homossexualidade pelos garotos negros, que a partir deste momento do texto chamarei de ‘bixas pretas’, os faz experimentar uma segunda diáspora, porque os retira novamente da possibilidade de serem integrados e acolhidos, mas de forma ainda mais nociva, haja vista que essa segunda barreira à aceitação se dá em seus próprios quilombos, ou seja, em sua família, em sua comunidade, e até mesmo nos movimentos negros (VEIGA, 2018, p. 81).

Com isso, devemos considerar a noção de heterossexualidade compulsória e cisheteronormatividade como principais vetores de sofrimento psíquico da comunidade LGBTQIA+ (CLEMENTE, 2019; VEIGA, 2018). O sentimento de não pertencimento e de não aceitação por parte da sociedade hegemônica e, até mesmo de suas famílias, é um grande empecilho para essa

população no que diz respeito à validação de suas existências e ao livre exercício de suas sexualidades e gêneros (CLEMENTE, 2019; VEIGA, 2018).

Esses aspectos podem fazer com que muitos LGBTQIA+ neguem sua própria singularidade a fim de tentarem se encaixar no padrão hegemônico e performar um ideal cisheteronormativo, a partir da subjetividade social que os permeia. Por consequência, faz-se necessário refletir mais sobre como essas relações familiares são atravessadas pela negação de LGBTQIA+ e como isso é processado subjetivamente por essa população.

As relações familiares na configuração subjetiva de pessoas LGBTQIA+

Como discutido anteriormente, a família se constitui, *a priori*, enquanto configuração subjetiva dominante das pessoas. Contudo, para além disso, de acordo com os autores Pratta & Santos (2007), o ambiente familiar seria uma instituição social que mantém uma relação complexa com os indivíduos que fazem parte dela, sendo o primeiro sistema psicossocial ao qual a criança está inserida.

Ainda segundo Pratta & Santos (2007), o grupo familiar estabelece diferentes maneiras de socializar que são passadas de geração para geração e permitem uma adaptação de seus integrantes às exigências sociais. Por conseguinte, essa instituição impacta o modo pelo qual as pessoas se introduzem no mundo e em como elas o percebem. Diante disso, podemos entender que a noção de família e dos seus costumes e tradições varia conforme os aspectos histórico-culturais de cada sociedade (PRATTA; SANTOS, 2007).

Na perspectiva da Teoria da Subjetividade, compreendemos que as famílias são atravessadas pelos diferentes processos subjetivos dos indivíduos que as compõem e pela subjetividade social a que estão submetidas. Assim, podemos dizer que a instituição familiar possui sua própria configuração subjetiva, sendo marcada pela dinamicidade e pluralidade – na medida em que compreende aspectos individuais, sociais e sistêmicos.

No contexto brasileiro, é possível perceber que muitas das configurações subjetivas das famílias estão centradas em um modelo conservador, voltado para a religiosidade e para o patriarcalismo. Isso se revela na idealização da família, contemplada como um lugar de refúgio e de moralidade (MACEDO, 1994). Dessa forma, pontua-se uma dificuldade da família tradicional de acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo, visto que ela está concentrada na manutenção do seu ideal e da perpetuação dos seus costumes (MACEDO, 1994).

Diante desse cenário, é notória a contradição existente na sociedade brasileira: de um lado,

um país de dimensões continentais marcado pela diversidade e por ideais progressistas; de outro, uma cultura conservadora que, para se manter, busca a repressão de suas dissidências. A exemplo disso, tem-se o crescente preconceito contra a população LGBTQIA+, ainda que ela tenha conquistado mais direitos no espaço cultural e sociopolítico do Brasil nos últimos anos (TOLEDO, 2021). Posto isso, conseguimos entender que essa subjetividade social baseada na contraditoriedade é refletida nas relações familiares e nos conflitos que as permeiam, principalmente envolvendo questões de gênero e de orientação sexual.

Nessa ótica, compreendemos que a família – atravessada pela lógica patriarcal – dita o que é esperado dos jovens a respeito de seus papéis de gênero desde a infância (CARVALHO; MELO, 2019). Isso é exemplificado nas falas comuns sobre brincadeiras infantis, nas quais meninos brincam de carrinho e meninas de boneca. Entretanto, segundo a pesquisa realizada pelas autoras Carvalho & Melo (2019), essa imposição familiar pode complicar a constituição identitária e subjetiva das pessoas, visto que tem implicações no desenvolvimento psíquico e na percepção crítica do espaço que elas ocupam em sociedade.

Em consonância a esse pensamento, Beatriz Preciado (2013) aponta que a família acaba por se tornar uma representante dos ideais cisheteronormativos, reprimindo comportamentos de crianças que escapam a essas regras. Para a autora, o que os pais buscam proteger não são os direitos da infância, mas sim as normas sexuais e de gênero que eles mesmos foram ensinados a perpetuar (PRECIADO, 2013).

Dessa forma, concebe-se que a família é a primeira instituição social a tutelar a inteligibilidade de gênero (BRAGA; RIBEIRO; CAETANO, 2022). O ambiente familiar se torna o primeiro espaço que dita os papéis de gênero às crianças, instruindo-as e educando seus corpos para a heterossexualidade compulsória. Um exemplo disso, é o que ocorre com as mulheres lésbicas, que sofrem lesbofobia por parte da família: desde a infância, essas mulheres são ensinadas a emagrecer, a usar roupas mais femininas e a embelezar-se; tudo isso as aproxima do papel hegemônico da mulher cisgênero e heterossexual e as afasta das lesbianidades (BRAGA; RIBEIRO; CAETANO, 2022).

Portanto, podemos compreender que a família possui implicações significativas nas produções subjetivas de pessoas LGBTQIA+. Muitos desses indivíduos podem entrar em grande sofrimento psíquico por se perceberem alvo de preconceito e, sem o suporte familiar, constatamos que esse quadro tende a ser agravado (SOUZA et. al., 2020). Em contrapartida, ao analisarmos os casos em que as famílias se tornam grandes redes de apoio para a população sexo-gênero diversa

(WEINHEART et. al., 2019), concebemos uma produção de sentidos subjetivos – por parte dos indivíduos LGBTQIA+ – que podem funcionar como recursos de enfrentamento à LGBTfobia e a uma possível postura de agência.

Metodologia

Instrumentos de pesquisa

Nos encontros com a participante, foram utilizadas dinâmicas conversacionais, que não funcionam a partir de um conjunto de questões orientadoras – visto que a Metodologia Construtivo-Interpretativa se pauta na ideia dialógica – mas sim são orientadas pelo objetivo de pesquisa. Essas conversas foram realizadas de forma virtual – através da plataforma *Google Meet* – e totalizaram em quatro (04) encontros gravados, com a anuência da participante. Além disso, o instrumento de complemento de frases também foi utilizado durante as conversas a fim de auxiliar na construção e na análise de informação.

Participante e cenário social de pesquisa

O estudo contou com uma (01) participante de 22 anos, mulher cisgênero, branca, bissexual e de classe média. O critério de seleção consistia em uma pessoa que se identificava como LGBTQIA+ e que tivesse idade entre 20 e 30 anos. A participante foi selecionada através de uma amostra por conveniência, ou seja, foi escolhida pelos pesquisadores a partir de sua disponibilidade e interesse pela pesquisa, sendo, portanto, já conhecida pela equipe de trabalho. Além disso, devido à natureza remota da pesquisa, fazia-se necessário que, para participar da pesquisa, ela tivesse acesso à internet e a um ambiente livre de distrações.

Análise e construção da informação: o caso de Luísa

O estudo de caso realizado nesta pesquisa diz respeito à história de Luísa (nome fictício), uma mulher branca, cisgênero e bissexual, de classe média, com 22 anos de idade. A participante é declaradamente feminista, graduada em serviço social e mestranda na área de Ciências Sociais. Ela tem pais separados e morou com a mãe durante toda sua infância e adolescência. Atualmente, se encontra longe da família e dos amigos de sua cidade natal devido aos estudos e demonstra saudade dessa rede de apoio, o que evidencia a importância deles em sua vida.

Tenho saudades dos meus amigos e de ter pessoas à minha volta que me conheçam com profundidade. Meus amigos são a parte de mim que mais sou eu, meus amigos conseguem me ver de uma forma que eu não consigo, meus amigos me conectam muito comigo

mesma. A relação que eu tenho com meus amigos é muito de base, de acolhimento, de afeto [sic] (LUÍSA, 2022).

Como é relatado ao longo das dinâmicas conversacionais e no trecho acima do complemento de frases utilizado com a participante, a sua relação com seus amigos é bastante íntima. Isso evidencia o quão a amizade é determinante na constituição de processos subjetivos relacionados à sua identidade pessoal e ao que ela pensa de si. Ao pontuar que seus amigos conseguem vê-la de uma forma que ela não consegue e que são eles quem a conectam consigo mesma, Luísa mostra uma insegurança comum aos jovens acerca de seu caráter identitário. Desde a adolescência até a idade de jovem adulto, é perceptível o atravessamento do grupo na constituição de ideais e na formulação de processos subjetivos sobre si e sobre o mundo.

Isto é, para uma identidade ser desenvolvida, os indivíduos precisam ter definidos seus valores e crenças a respeito de si e dos outros (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003). Todavia, muitos adolescentes e jovens não têm isso bem estabelecido, o que pode ser em decorrência deles ainda não compreenderem quais valores familiares e sociais os representam e quais não, surgindo crises e conflitos característicos dessa fase. Desse modo, os amigos são fundamentais nesse cenário, pois os adolescentes e jovens estabelecem essas relações a partir de características em comum, influenciando-se mutuamente e, conseqüentemente, adquirindo valores, comportamentos e atitudes compartilhadas, que irão se associar aos traços identitários dessas pessoas (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003).

Outrossim, a amizade também é um fator relevante na constituição de subjetividades LGBTQIA+. É com essas amizades que a participante se sente confortável para ser quem é e para apresentar seus parceiros amorosos. Isso é um indicador característico do conservadorismo presente na subjetividade social brasileira. Diante de uma sociedade marcada pelo patriarcado, pela misoginia, pelo racismo e pela LGBTfobia, poucos são os espaços em que a população LGBTQIA+ se vê livre de preconceitos (SOUZA et. al., 2020).

A exemplo disso, temos que a própria casa, muitas vezes, se torna um lugar de repressão devido a algumas famílias serem mais conservadoras. Esse fato é evidenciado por um Dossiê da *Casa 1* (Casa de acolhimento a pessoas sexo-gênero dissidentes em São Paulo), no qual foram discutidas as questões de exclusão e violência contra pessoas LGBTQIA+ associadas à moradia, refletindo sobre a grande recorrência de relacionamentos abusivos e violências intrafamiliares contra esses indivíduos (URBINI; LOPES, 2022). O estudo trouxe dados de um boletim da *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA) de julho de 2020, no qual foi mostrado que 70% da população LGBTQIA+ que esteve em isolamento social com suas famílias, durante a

pandemia da Covid-19, sofreu algum tipo de violência (URBINI; LOPES, 2022).

Outro fator de risco para os indivíduos sexo-gênero dissidentes diz respeito à própria pessoa poder manifestar LGBTfobia contra si mesma, a chamada LGBTfobia internalizada, apresentando um reflexo das discriminações sociais na vida dessas figuras (BORGES, 2009). Na visão da Teoria da Subjetividade, conseguimos compreender esse fato como um forte atravessamento dos preconceitos na configuração subjetiva do indivíduo.

Por conseguinte, tem-se que – devido à discriminação sofrida por essas pessoas, inclusive, por parte da família, de outros amigos e de si mesmas – muitos indivíduos sexo-gênero dissidentes, ao estabelecerem relações de amizade com outras pessoas LGBTQIA+ têm, neles, sua rede de apoio mais próxima e, conseqüentemente, permite-nos refletir acerca da noção de família para essa categoria. É o que a autora Lia Urbini (2022) discute ao trazer alguns dados sobre famílias LGBTQIA+ formadas por afinidade e tidas como rede de proteção. Segundo ela, esses grupos são constituídos de diferentes modos, seja por meio de uma coabitação, em que seus integrantes moram juntos e estabelecem relações de família entre si; seja por meio da chamada “família da noite”, na qual os indivíduos moram separados, mas se encontram para socializar e frequentar espaços públicos como forma de protegerem-se da violência social (URBINI, 2022). Assim, esse fato pode ser uma justificativa para o argumento de Luísa de que são seus amigos quem a conhece profundamente e quem estabelece com ela uma relação de base, de acolhimento e de afeto – o que realça a importância dessas amizades na sua vida e corrobora com o nosso indicador.

Essa relevância das relações de amizade na sua vida também nos permite elaborar um indicador de fragilidade de suas outras relações. As opiniões de seus amigos e a forma como ela se comporta junto deles é tão importante para a participante que isso interfere na sua postura em outras esferas sociais, tais como na sua família e no seu antigo namoro. Em um trecho no qual foi solicitada para discorrer um pouco sobre como ela enxerga os processos da heterossexualidade compulsória em sua vida, Luísa fala um pouco sobre seu relacionamento com o ex-namorado, Kaíque, e evidencia aspectos desse indicador.

Eu achava que ele não fazia nada demais e as pessoas achavam que ele tava ali fazendo super, assim, e pra mim eu tava só vivendo ali aquele relacionamento. E aí eu fiquei me questionando e quando ele teve atitudes que eu senti que foram contra o que eu sou... eu passei a me questionar sobre isso – ‘Cara, eu tô vivendo da forma que eu sou? Que eu sou com meus amigos, por exemplo?’ – da forma que eu consigo me relacionar. Por exemplo, com eles, eu sempre tive muita facilidade em, por exemplo, mostrar minha afetividade com a Vitória [antiga relação] de forma muito aberta e, enfim, isso com eles. Em outro ambiente é diferente. E com ele não, eu podia ser afetuosa dessa forma e eu ficava assim... Só que aí eu comecei a pensar se o que eu sinto e o que eu penso não é isso aqui, não é viver esse relacionamento dessa forma, por que que eu tô fazendo isso? E foi aí que eu pensei: por que

que eu estou aqui então? O que me leva a estar aqui de novo em um relacionamento heteronormativo? O que me faz estar aqui de novo se eu sou uma pessoa que gosta de mulheres também? Se eu não tenho uma restrição de me relacionar, enfim, por cisgeneridade ou outra coisa assim, imagina, por que eu tô vivendo isso aqui de novo? (LUÍSA, 2022).

Nosso indicador acerca da fragilidade de suas outras relações é consolidado, visto que é possível perceber que a forma como Luísa se relaciona com seu grupo de amigos é um fator determinante para sua tomada de decisões até mesmo em outros relacionamentos. Torna-se perceptível a ligação da heterossexualidade compulsória – a ideia de que a cisgeneridade e a heterossexualidade são os caminhos naturais e obrigatórios da natureza humana – com os preconceitos relacionados à comunidade LGBTQIA+, como discutido previamente no presente artigo.

Diante disso, consideramos esse fenômeno de compulsoriedade enquanto promotor de sofrimento psíquico às populações dissidentes (CLEMENTE, 2019; VEIGA, 2018). Dessa maneira, estabelecemos um indicador a partir da fala da participante que diz respeito a uma dificuldade das pessoas não heterossexuais em demonstrar afeto em público, decorrentes da configuração subjetiva social dominante que é cisheteronormativa e, portanto, LGBTfóbica.

Faz-se necessário pontuar que a divisão da subjetividade enquanto instâncias individual e social, na Teoria da Subjetividade, é uma divisão meramente didática. Acredita-se que essas esferas constituem os processos subjetivos mutuamente, não podendo se dissociar na prática. Assim, os aspectos subjetivos se configuram como aspectos da realidade que são impactados pelos fatores individuais, mas não se constituem como perspectivas do indivíduo por si só. Essa concepção é importante para compreendermos os atravessamentos do social no individual e vice-versa, o que nos permite relacionar os fenômenos sociais com a noção de família e da heterossexualidade compulsória na vida da população LGBTQIA+.

Com o Kaique [ex-namorado] eu me perguntava ‘Caramba, é isso que eu quero?’, entendeu? ‘Ficar com ele? Ter um filho com ele? Uma casa muito legal?’ Ia ser muito bom, não é que eu não queira construir a vida com alguém, nem é isso, mas quando eu me vi ali naquela situação, sendo aquilo que, de certa forma, se é posto para a gente ser, sabe? [...] Eu tava sentindo que as pessoas estavam assim: ‘Nossa era pra ser mesmo, né?’[...] principalmente depois que eu assumi a minha sexualidade. [...] Eu senti que foi um alívio [por parte da família] de eu estar ali naquele relacionamento (LUÍSA, 2022).

No fragmento acima, podemos observar alguns aspectos da subjetividade social acerca dos papéis de gênero nas relações amorosas e como isso reforça certos ideais de conduta e, conseqüentemente, de uma ‘família tradicional’. O conceito de família é subjetivado socialmente e constituído a partir de concepções históricas e culturais. No caso de uma ‘tradição’, estamos falando

de um conjunto de crenças relacionadas à configuração familiar nuclear (pai, mãe, filhos) pautada na cisheteronormatividade e no sistema patriarcal, sendo concebida enquanto padrão na sociedade brasileira. Assim, espera-se que um casal heterossexual mantenha um relacionamento duradouro e forme uma família (com filhos) a partir de uma lógica gendrificada – isto é, pautada nos papéis de gênero.

Isso é perceptível durante as conversas com Luísa sobre seu relacionamento com o ex-namorado Kaíque. A própria participante se percebeu agindo conforme uma expectativa social acerca do papel feminino nas relações heterossexuais, se mostrando incomodada com esse fato. Observamos que ela entende os atravessamentos do sistema – no qual está inserida – nas suas relações amorosas e na sua postura diante das outras pessoas. Contudo, ela também compreende a sua autonomia enquanto indivíduo diante desses fenômenos coletivos, demonstrando uma vontade de romper com esses padrões sociais.

Esse aspecto pode nos indicar uma posição de inquietude da participante diante de seu antigo relacionamento e da própria identidade pessoal. O papel de agente, segundo a Teoria da Subjetividade, descreve aquele indivíduo que, inserido em um contexto específico, se posiciona diante do ambiente e produz sentidos subjetivos a partir disso, modificando o campo social a partir da tomada de uma posição ativa na respectiva situação. Assim, essa posição da participante pode ser percebida no seu complemento de frases: “Eu me sinto muito inquieta, inquieta com a estrutura da nossa sociedade, com as minhas relações, com os meus pensamentos. Eu me sinto constantemente inquieta” (LUÍSA, 2022) e “Eu sou feminista” (LUÍSA, 2022).

Diante das frases descritas, compreendemos uma sensação de inconformidade com a sociedade e suas estruturas, refletida tanto pela posição político-identitária da participante ao se dizer feminista, quanto pela sua relação com os estudos – que a instigam a se manter impaciente diante de questões sociais, questionando os sistemas presentes em diversas áreas de sua vida. Esse entendimento é reforçado pelo que discutem as autoras Cleide Almeida & Elaine Dias (2009) ao refletirem sobre a vida e obra de Nísia Floresta, uma educadora brasileira que rompeu com diversos estigmas sexistas de sua época.

O conhecimento, para Nísia, configura e delimita a identidade pessoal, colaborando para a manutenção ou suspensão de certos tipos de comportamentos individuais e, até mesmo, de uma ordem social (ALMEIDA; DIAS, 2009). A educação e a transmissão de conhecimento podem produzir a emancipação das pessoas na medida em que entram em contato com esses saberes e passam a reconhecer seus direitos e responsabilidades, livres da subjugação (ALMEIDA; DIAS,

2009). Posto isto, é possível relacionar esse fato com a postura curiosa e inquieta de Luísa. A partir de um olhar crítico para a sua realidade, a participante mobilizou-se diante de um relacionamento que não condizia com suas crenças sobre si e sobre o mundo. A sua inconformidade com as demandas heteronormativas e patriarcais de seu namoro com Kaíque instigaram-na a repensar seu namoro e seus desejos para um futuro, bem como seu papel na sociedade.

Podemos perceber, portanto, que esse posicionamento a respeito das estruturas sociais e de gênero possui uma correspondência marcante com a sua relação de base com sua família materna (mãe, tia e avó). Como a participante ressalta ao longo de sua fala, ela vem de uma família matriarcal – isto é, criada por mulheres – que a ensinou a ser mulher e se inserir na sociedade enquanto ser pensante e politicamente ativo. Ela possui a mãe como referência e inspiração, demonstrando a importância dela na constituição de sua subjetividade. O exemplo da mãe enquanto mulher trabalhadora, independente, feminista e politicamente engajada permeia a sua produção e sentidos subjetivos desde a infância, o que pode explicar a sua mobilização perante o social e a sua postura questionadora.

Com isso, entendemos que, apesar de sua experiência se diferenciar da maioria das pessoas, essa é uma forma que ela configura a percepção do que é ser mulher em uma sociedade conservadora. É a partir do seu entendimento enquanto mulher inserida em uma sociedade patriarcal que sua relação consigo mesma e com os outros é estabelecida, produzindo diferentes sentidos subjetivos que são atravessados por essa ideia de potência e de resistência pautadas na sua concepção de gênero feminino. Desse modo, compreendemos a fala da participante ao se intitular feminista: essa definição não é somente uma forma de se portar diante do social, mas também uma maneira de enxergar o mundo e a si própria; é algo que está presente em todas as esferas de sua vida.

Uma dessas áreas em que o feminismo está presente na vida da participante é nos estudos. A maneira de Luísa se expressar e se colocar diante das situações vividas também tem extrema relação com a importância que ela estabelece ao conhecimento crítico e aplicado. Em suas falas, a participante destaca a importância que sua mãe e avó dão aos saberes e que ela mesma os enxerga enquanto uma forma de emancipação, ressaltando que sua trajetória na universidade e na academia influenciam não só a sua visão profissional, mas a sua percepção de vida como um todo. Portanto, ao pensarmos nos estudos enquanto teorias utilizadas para explicar o mundo e seus fenômenos, entendemos que, na perspectiva de González Rey, esses conhecimentos adquiridos constituem-se como recursos que auxiliam na produção de sentidos subjetivos da participante com relação a suas

vivências.

Em outra perspectiva, é possível entender alguns privilégios de Luísa diante dos marcadores sociais. Sendo branca e criada em uma família matriarcal de classe média, a participante pôde dedicar-se inteiramente aos estudos e conseguiu alcançar esse papel de agência e de autonomia de uma forma diferente de outras mulheres. Faz-se necessário pontuar que muitas das pessoas no Brasil, especialmente as LGBTQIA+, não possuem as mesmas condições que Luísa, seja no apoio familiar e na valorização dos estudos e cultura, seja na realidade financeira e racial. Compreende-se, portanto, que o relato de Luísa é importante para pensarmos nas diferenças de gênero, classe, raça e regionalidade e em como essas interseccionalidades atravessam a população LGBTQIA+ de formas variadas e singulares.

Outrossim, seu entendimento enquanto feminista é ainda mais perceptível quando ela explica suas divergências e sua dificuldade de se impor perante o pai a partir de uma visão social da relação, estabelecendo uma relação simbólica dele com a figura masculina. Entretanto, ao mesmo tempo em que isso explicita a percepção de Luísa sobre o que é ser mulher na sociedade brasileira e do seu afinco com os estudos, também nos mostra uma resistência dela com a figura paterna. Em outras palavras, a participante mantém uma postura diante da sociedade que reflete a sua relação conflituosa com o pai, como pode ser observado no trecho da dinâmica conversacional no qual Luísa conta um pouco sobre sua relação com a família:

Eu tive um pai totalmente ausente. Eu fiquei, na minha infância, mais de quase dois anos sem ver o meu pai, sem ele ter contato nenhum comigo, nem por telefone nem nada. Na época que eles se divorciaram, foi um distanciamento total. E a minha relação com o meu pai sempre foi que ele tem uma visão de mim de coisas que eu não julgo que eu sou! [...] Ele sempre me colocou como mimada, como frágil, que eu não aguento nada. [...] Quando meu avô tava internado e eu falei que queria visitar meu avô, ele falou que eu não iria aguentar ver meu avô, entendeu? E eu tive que falar 'Eu vou ver meu avô!', minha mãe teve que me levar pra ver meu avô pai do meu pai, porque meu pai não achava que eu ia dar conta – com 16, 17 anos – ver meu avô numa cama de hospital. Então, ele sempre teve uma visão de mim, que ele criou, distante do que eu sou, e sempre nesse lugar assim do 'Luísa muito frágil, Luísa muito menina, muito meiga' (LUÍSA, 2022).

É possível observar que a participante contesta certas visões e argumentos do pai e procura sempre mostrá-lo que não é essa mulher frágil e indefesa que ele a julga, configurando um papel de agente, por exemplo, quando buscou fazer o que acreditava e visitou o avô doente, mesmo que sua figura paterna tenha se recusado a levá-la. Porém, ainda que Luísa se mantenha contrária a tudo o que o pai representa para si – enquanto símbolo do patriarcado e do conservadorismo -, há um desejo dela de que ele a enxergue na sua autenticidade.

A vontade de que uma figura masculina a reconheça enquanto mulher forte e autônoma se

torna presente, mesmo ela já reconhecendo isso em si mesma. Faz-se evidente o indicador de que essas questões da subjetividade social se fazem presentes na sua produção de sentidos subjetivos e de como ela lida com os aspectos do masculino na sua vida, por mais que a participante se coloque oposta às relações de poder vigentes na sociedade contemporânea. A exemplo disso, temos o seguinte complemento de frases:

Gostaria de conseguir processar situações, por exemplo, como as com meu pai. Eu queria ser uma pessoa que conseguisse passar por cima das coisas que aconteceram entre a gente. Gostaria de começar uma relação do zero em que ele me visse como uma pessoa que pensa sozinha e quer coisas, não só como a filha dele (LUÍSA, 2022).

Percebe-se o desejo de ser reconhecida como uma mulher adulta, pensante e independente na relação de Luísa com seu pai, corroborando com o nosso indicador de que os aspectos da subjetividade social a respeito dos gêneros permeiam a maneira pela qual a participante se relaciona com o masculino na sua vida, principalmente com sua figura paterna. Logo, faz-se importante frisar que, para González Rey, a subjetividade se integra a partir dos níveis individuais e sociais de forma intrínseca e singular, na qual os sentidos subjetivos produzidos individualmente se constituem de uma maneira mútua com os produzidos socialmente. É concebível entender esse modo como Luísa reage perante a certos aspectos do gênero oposto, ainda que se mantenha como agente em determinadas situações.

Essas questões da participante com o pai é presente em outros contextos, como quando ela afirma que a sua maior dificuldade é se impor perante as pessoas que ama. Para a Teoria da Subjetividade, é importante destacar que a configuração dominante da família tem profundo impacto na constituição de sentidos subjetivos do indivíduo. Luísa articula simbolicamente o seu relacionamento com o masculino com a sua percepção do que é ser uma mulher (branca) no Brasil. Consequentemente, podemos entender um pouco melhor da resistência da participante com o ex-namorado Kaíque e da problemática dos papéis de gênero na respectiva relação amorosa, como falamos previamente.

Por outro lado, considerando a relação distante entre pai e filha, é compreensível o incômodo dela ao não se sentir reconhecida em sua autenticidade. Esse é um sentimento comum em muitos jovens adultos, mas também nas pessoas LGBTQIA+, pois muitas vezes suas famílias – devido à noção da heterossexualidade compulsória – não reconhecem a presença dessas identidades dissidentes da norma.

No aniversário dele de 50 anos, ele me chamou... Ele me chamou... A gente não tinha tido uma conversa sobre esse assunto, a gente nunca tinha falado sobre isso, ele não tinha nem comentado, ele não tinha nada... aí no aniversário dele de 50 anos, cheio de gente na casa

dele, ele me puxa pra um canto pra conversar e fica me questionando de Gabriel – que é meu primeiro namorado, que eu terminei há anos! Anos! Qual era o sentido? E, na época, eu tava ficando com a Vitória [antigo relacionamento] e, aí, eu não sei se ele viu uma foto nossa, se alguém viu a gente juntas ou o que que aconteceu nesse período, que ele veio me perguntar sobre Gabriel, mas querendo me perguntar da minha sexualidade, principalmente! E aí, eu falei pra ele ‘Eu estou me relacionando com uma mulher, não quer dizer que eu vá te apresentar alguém agora.’ E ele realmente me disse que ele não queria, que ele não queria conhecer naquele momento, entendeu? E eu ‘Não, tudo bem, eu não queria te trazer ninguém não, foi você quem tá me questionando isso.’ E ele começou a me questionar sobre, tipo assim, se eu às vezes eu não confundia uma amizade – que era o que acontecia quando eu era criança: confundir, eu confundia as coisas... (LUÍSA, 2022).

No trecho descrito, conseguimos ver a dificuldade do pai de Luísa em tratar dos temas relacionados à sexualidade da filha, que é constituinte de sua identidade enquanto indivíduo. Ele fala sobre o antigo namoro dela com um homem, na tentativa de descobrir mais sobre com quem ela estava se relacionando. Ele a coloca em um lugar de ingenuidade e de confusão pelo fato de não conceber a ideia de que a filha poderia estar em um relacionamento com uma outra pessoa do mesmo sexo.

Isso nos evidencia um aspecto comum das subjetividades familiares já discutido no presente artigo: a heterossexualidade compulsória. Esse fenômeno é demonstrado na maneira como ele coloca a filha enquanto confusa, ignorando sua capacidade de pensar por si mesma e exercer suas próprias escolhas. Ao ter esse comportamento de negação da singularidade de Luísa, ele também está se posicionando em um local de poder, no qual ele sabe mais sobre a vida da filha do que ela mesma e procura manter as normas sociais de gênero e sexualidade vigentes – tal como discute Preciado (2013). Essa relação de poder e controle do homem branco, cisgênero e heterossexual em relação à figura feminina – ainda mais se for uma mulher LGBTQIA+ – é característica do machismo presente na subjetividade social brasileira, principalmente no ambiente familiar (marcado pelo patriarcalismo).

Eu falei pra ele assim ‘Olha, pai, eu realmente não tenho que te dar satisfação da minha vida sexual e amorosa, mas é uma mulher – mulher feminina – que tem traços de feminilidade, tá? Uma mulher que usa maquiagem, é uma mulher que se expressa com feminilidade e tem a minha idade, entendeu?’ [...] Aí ele veio falar como se fosse uma fase que poderia ser uma fase, que que era normal eu querer me descobrir assim, mas que eu tinha que pensar quando eu quisesse construir uma família. E aí o que é construir família pra ele, cara? Tipo assim, eu engravidar? Eu falei para ele ‘Pai!’ – foi a primeira vez que eu falei isso – ‘Pai, eu não me imagino engravidando, mesmo que eu esteja com um homem. Eu não me imagino engravidando, entendeu?’ (LUÍSA, 2022).

Como Luísa aponta na fala acima, ela mantém um comportamento assertivo ao ser indagada pelo pai sobre sua orientação sexual e seus relacionamentos. Essa postura pode ser um indicador de que ela foi agente nessa relação, na medida em que demonstra estar ciente da concepção cisheteronormativa do pai e, mesmo assim, se coloca de forma aberta e sincera a respeito de sua

identidade pessoal. Nosso indicador é reforçado pelo complemento de frases “Tenho vontade de ser livre para ser quem eu sou em qualquer lugar do mundo que eu esteja” (LUÍSA, 2022). Isso porque ela busca exercer sua autenticidade de forma plena, conseguindo alcançar isso no ambiente familiar ainda que haja empecilhos marcados pela heterossexualidade compulsória e pelo machismo (como discutimos previamente).

Destarte, isso corrobora para pensarmos que a heterossexualidade compulsória também provoca ruídos nas relações familiares. Pelos aspectos da subjetividade social concernentes a essa esfera, tem-se que – normalmente – a instituição da família se encontra em uma posição de negação de uma identidade que fuja das características heteronormativas esperadas. Como argumentado ao longo do nosso estudo e com base nos nossos indicadores, torna-se evidente que muitos indivíduos LGBTQIA+ não sentem que têm sua singularidade e identidade validadas por seus familiares e isso irá permear seus processos subjetivos nas diferentes formas observadas.

Considerações finais

Nesta pesquisa, discutimos os atravessamentos da família (em suas diferentes concepções) nos processos subjetivos das pessoas LGBTQIA+, com base no método construtivo-interpretativo de González Rey. Foram apresentadas, durante o texto, algumas noções a respeito da cisgeneridade e da heterossexualidade enquanto normas construídas a partir da subjetividade social brasileira e como isso é percebido no ambiente familiar. Com isso, pôde-se refletir sobre um lugar de exclusão social da população LGBTQIA+ e os impactos disso na produção de sentidos subjetivos dessas pessoas.

Em outra concepção, a presença da noção de cisheterossexualidade compulsória nas famílias pode impactar o sofrimento psíquico da população sexo-gênero diversa de forma significativa, colaborando para a construção de processos subjetivos relacionados a sentimentos de inadequação social e de não pertencimento. Todavia, foram identificados outros fatores determinantes nas subjetividades para além da orientação sexual, como, por exemplo, gênero, raça, escolaridade e classe social.

Posto isso, também se analisou as divergências quanto aos papéis dos gêneros masculino e feminino nos relacionamentos interpessoais e na subjetividade brasileira como um todo. Discutiu-se a relevância do olhar crítico e gendricado para essas relações e dos estudos como instrumento para o rompimento com certos estigmas sociais relacionados aos gêneros. Percebeu-se que os estudos e as teorias que promovem inteligibilidade são importantes ferramentas para a identificação e a

facilitação do papel de agente dos grupos minoritários, bem como de uma possível mudança nas suas configurações dominantes e na subjetividade social.

Em consonância a esses fatores, foi possível compreender o valor das amizades para os indivíduos LGBTQIA+ e seus processos subjetivos. Tendo em vista a negação e a recusa de suas singularidades no âmbito familiar, o estabelecimento de redes de apoio e de base com os amigos íntimos fortalece os laços sociais e possibilita a produção de sentidos subjetivos marcantes e fundamentais para essa população, permitindo-nos refletir também sobre os diferentes conceitos de família na sociedade contemporânea.

Contudo, destaca-se algumas limitações da pesquisa no que concerne a uma maior diversidade de marcadores sociais na discussão de caso. Entende-se que a participante, por ser de classe média e branca, possui alguns privilégios perante a sociedade que diferem sua experiência de grande parte da população, especialmente daqueles em uma posição de maior vulnerabilidade social. Assim, ressalta-se que esta pesquisa não esgota todo o tema, mas sim abre mais possibilidades de discussão.

Nessa perspectiva, faz-se presente a importância da Teoria da Subjetividade de González Rey na compreensão do assunto, na medida em que considera os níveis individuais e sociais enquanto intrínsecos na produção da subjetividade humana. Com isso, é possível entender que as subjetividades das famílias e da população LGBTQIA+ se constituem de forma dinâmica e plural, indicando a necessidade de futuros estudos na área.

Referências

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério; DIAS, Elaine Teresinha Dal Mal. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, n. 13, p. 11-27, 2009.

BELARMINO, Victor Hugo; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. Experiência Urbana Gay na Cidade: uma Revisão Sistemática. **Revista Subjetividades**, v. 21, n. 3, p.1-132021.

BORGES, Klecius. **Terapia afirmativa**: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais. Edições GLS, 2009.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v. 33, p. 1-25, 2022.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. 1-15, 2019.

CLEMENTE, Anselmo. Diálogos entre Saúde Mental e Homossexualidade: notas sobre produção de subjetividade, sofrimento e opressão. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 1, p. 42-58, 2019.

DE BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. 1-15, 2020.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 1, p. 124-129, 2015.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 65-82, 2018.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Sentidos subjetivos, linguagem e sujeito: implicações epistemológicas de uma perspectiva pós-racionalista em psicoterapia. *In*: HOLANDA, Adriano (Org.). **O campo das psicoterapias: reflexões atuais**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 47-70.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Alínea, 2017.

GUASCH ANDREU, O. **La Crisis de La Heterosexualidad**. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. Gênero: Construção natural ou cultural? *In*: HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papyrus Editora, 2019.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 62-68, 1994.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Subjetividade social: desafios de um conceito. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; TACCA, M. C.; PUENTES, R. V. **Teoria da subjetividade: Discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional**. São Paulo: Alínea Editora, 2020. p. 47-66.

OLIVEIRA NETO, José da Silva et al. A homofobia internalizada como um processo psicossocial: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 33, p. 1-13, 2022.

PERES, Vannúzia Leal Andrade. Subjetividade, saúde humana e terapia familiar. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; GONZÁLEZ REY, F.; VALDÉZ PUENTES, R. **Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade**. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 203-229.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, p. 247-256, 2007.

PRECIADO, Beatriz; NOGUEIRA, Fernanda. Quem defende a criança queer? **Jangada: crítica literatura| artes**, n. 1, p. 96-99, 2013.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, v. 8, p. 107-115, 2003.

SOUZA, A. B. et. al. The impacts of social and family prejudice on the mental health of lesbians, gays, bisexuals and transsexuals. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. 1-18, 2020.

TOLEDO, Rodrigo. Significações de professores gays sobre violências homofóbicas e suas formas de enfrentamento na escola. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 12, n. 23, p. 48-62, 2021.

URBINI, Lia; LOPES, Pedro. **Dossiê LGBT+ e moradia**. 1. Ed. - São Paulo: Casa 1 | Vote LGBT, 2022.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018.

WEINHARDT, Lance S. et al. The role of family, friend, and significant other support in well-being among transgender and non-binary youth. **Journal of GLBT Family Studies**, v. 15, n. 4, p. 311-325, 2019.

WITTIG, Monique. **The straight mind: and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

ZANELLO, Valeska. Configurações históricas do dispositivo amoroso. *In*: ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 19-37.

Recebido em: 19 de dezembro de 2022.

Aprovado em: 25 de março de 2023.